

## O caminho da esperança, por Stéphane Hessel e Edgar Morin

Rodolfo Alves de Macedo<sup>1</sup>

Mestrando em Educação: História, Política, Sociedade (EHPS) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

HESSEL, Stéphane; MORIN, Edgar. **O caminho da esperança**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

O mundo está em crise, seja ela social, sanitária, política, educacional, financeira e econômica. Temos visto nos últimos anos a ascensão de forças conservadoras, reacionárias e autoritárias no mundo todo, trazendo consigo reformas que impactam em diversas faces da nossa vida cotidiana, colocando em jogo nossas conquistas democráticas.

Nesse sentido, Stéphane Hessel (1917-2013) e Edgar Morin (1921-), tendo a França como seu ponto de partida para suas reflexões, apontam em *O caminho da esperança* (2012) as vias para tornar o mundo melhor. Stéphane Hessel nasceu em Berlim e naturalizou-se francês. Diplomata e sobrevivente do Holocausto, publicou em 2010 na França o *best-seller Indignai-vos!* onde propunha a ressurreição dos valores da resistência. Edgar Morin é antropólogo, sociólogo e filósofo, sendo considerado hoje um dos maiores pensadores contemporâneos.

A obra foi publicada originalmente na França em 2011, com o título *Le Chemin de l'esperance* e no Brasil foi publicada em 2012 pela editora Bertrand Brasil. Com tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco, a obra possui dois capítulos divididos em apenas 64 páginas.

No capítulo I, “A França no mundo”, Hessel e Morin (2012, p. 7) iniciam o texto afirmando que “nosso objetivo é denunciar o curso perverso de uma política cega que nos conduz aos desastres. É enunciar uma via política de salvação pública. É anunciar uma nova esperança”. Aqui, os autores procuram denunciar a tirania do atual neoliberalismo econômico e do capital financeiro com seu *laissez-faire*, incapaz de resolver os problemas da humanidade, apesar de gerar conquistas parciais. Assim, argumentam que a mundialização constitui o melhor e, ao mesmo tempo, o pior para a humanidade. O melhor, pois cria uma interdependência entre todas as frações da humanidade; mas também o pior, pois gera uma corrida que só leva a catástrofes. Dessa forma, para os autores, é necessário saber mundializar e desmundializar ao mesmo tempo. Mundializar no sentido de “perpetuar e desenvolver tudo o que a mundialização

---

<sup>1</sup> E-mail: rodolfo.macedo95@gmail.com.

traz de intersolidariedades e fecundidades culturais, [...] além de salvaguardar e favorecer por toda a parte a diversidade cultural” (HESSEL; MORIN, 2012, p. 12-13); e “desmundializar para conceder um lugar prioritário à economia social e solidária, para resguardar a economia local, preservar a agricultura de subsistência e a alimentação a ela associada, bem como os artesanatos e comércios da vizinhança [...]” (2012, p. 13). Para isso, deve-se priorizar aquilo que deve crescer, como as energias renováveis, o transporte público, a educação e a cultura, ao passo que se deve decrescer as energias nucleares, a degradação do meio ambiente, a economia voltada para o lucro. Outra questão que os autores observam é a inserção de imigrantes na Europa. Para eles, a Europa no século XXI tem um grande objetivo: contribuir para um novo Renascimento, tal qual o Renascimento dos séculos XV e XVI, porém, integrando as sabedorias asiáticas, com vistas à superação da ocidentalização. Portanto, integrar diferentes epistemologias seria fazer uma síntese do que há de melhor em cada cultura e cada civilização. Outra proposta importante no pensamento dos autores seria uma governança mundial que reformularia a ONU, criando instâncias para resolução de problemas globais. Essas propostas iniciais feitas por Hessel e Morin vão de encontro a um momento crítico que vivemos na história. Foi iniciada uma corrida contra as catástrofes que circundam as vidas humanas.

O capítulo II, intitulado “Uma política para a França”, é subdividido em diversos tópicos que serão brevemente comentados a seguir. De início, os autores reafirmam seu duplo princípio de mundializar e desmundializar citado no capítulo I, seguindo-se do subtítulo “Por que reformar e transformar?”. Para Hessel e Morin (2012, p. 19), as razões para isso são três:

1. multiplicidade e agravamento dos problemas e dos males que nossa sociedade e nossa civilização suscitaram e fizeram crescer;
2. ameaças crescentes pairando sobre as melhores aquisições de nossa sociedade e de nossa civilização;
3. desprezo dos valores afirmados pela Resistência e, com grande frequência, violados pela maioria governamental da atualidade.

Novamente, os autores evocam os fatores de mal-estar na civilização, em que os ganhos de bem-estar material não foram capazes de fomentar o bem-estar mental. Outro ponto importante para os autores é o fenômeno migratório na França que deságua na xenofobia. Somando-se a isso, as crises das democracias encontram-se agravadas pelas crises econômicas, o que pode levar à ascensão de extremismos, bem como a quebra da Bolsa em 1929 precedeu a ascensão do nazismo.

No próximo tópico, “A política do bem-viver”, Hessel e Morin propõem a hegemonia do qualitativo sobre o quantitativo, isto é, uma preocupação maior com a qualidade de vida em seu sentido de bem-viver como relações de amor, amizade e solidariedade, incluindo o bem-

estar, reduzido a um sentido material. Para isto, a via política econômica e social do trabalho deve implicar uma desburocratização dos setores público e privado e uma “descompetitização”, tomando decisões favoráveis ao aumento da qualidade de vida.

Em “A revitalização da solidariedade” os autores propõem a criação das Casas da Fraternidade, casas que reagrupariam as instituições de caráter solidário para todas as vítimas de adversidades. Para jovens delinquentes, seria proposta uma reabilitação do indivíduo através de uma política de humanização.

A seguir, em “Política de juventude”, os adolescentes e jovens recebem atenção, sendo considerados seus problemas e tendo sua dignidade reconhecida.

Em “A remoralização”, argumenta-se que todos os pontos anteriores contribuem para uma revitalização da ética e da moral numa sociedade degradada pela corrupção, fenômeno de grandes proporções. Para eles, seria necessário restaurar a moralidade de funcionários do Estado, e para isso, deve-se criar um Conselho de Estado Ético.

Sobre “O trabalho e o emprego”, os autores dizem que a crise é dupla: tanto as condições de trabalho quanto de emprego. A reforma sobre a questão das condições de trabalho consiste em desenvolver nas empresas uma racionalidade humana que restaure uma comunicação entre setores anteriormente compartimentalizados, em contraponto a uma racionalidade das máquinas aplicada ao ser humano. Ademais, os horários respeitariam os interesses do trabalho, normas de segurança e fatigabilidade. Sobre o emprego, o Estado Investidor Social complementaria o Estado Assistencial, isto é, não somente o Estado auxiliaria na prestação de socorro aos mais vulneráveis, mas também criaria empresas e obras de interesse ao bem-estar coletivo.

No próximo tópico, “A polirreforma econômica: a economia plural”, Hessel e Morin propõem uma economia plural capaz de controlar o capitalismo financeiro, abolindo seu caráter dominante. Essa economia estaria preocupada em “desenvolver as pequenas e médias empresas, a economia social solidária, o comércio equitativo e a ética econômica” (2012, p. 37).

Intitulado “Política do consumo”, o próximo tópico está relacionado à política econômica. Nesta nova política de consumo, através de uma caderneta de alimentação que comportasse reduções dos preços, àqueles em situação de extrema pobreza seriam fornecidos alimentos mais saudáveis em contrapartida ao subconsumo de produtos artificiais e duvidosos. Já nas classes médias e pobres, impera o superconsumo de produtos nocivos, ultraprocessados, considerados fatores de obesidade. Neste sentido, os autores propõem a criação de uma

Secretaria Pública do Consumo, responsável por educar os consumidores, garantir a qualidade dos alimentos e regular a publicidade de produtos nocivos.

Ainda sobre questões econômicas, os autores agora apontam para o crescimento das desigualdades desde a consolidação do neoliberalismo. Assim, no tópico “Desigualdades”, propõem três Conselhos Permanentes (HESSEL; MORIN, 2012, p. 45): 1. Um Conselho Permanente de luta contra as desigualdades, responsável por combater os excessos (de benefícios e remunerações na cúpula) e as insuficiências (de nível e qualidade na base), tendo como função fazer ajustes nos salários, avaliando os mais baixos e reduzindo os mais altos; 2. Um Conselho Permanente encarregado de reverter o desequilíbrio na relação capital-trabalho; 3. Um Conselho Permanente de tratamento das transformações sociais e humanas, cuja função seria a de cuidar dos problemas naturais, biológicos e sociais, como a degradação do meio ambiente via poluição industrial e desenvolvimento de energias limpas.

Outro tópico fundamental que necessita de reformas urgentes é “Educação”, a princípio, no que tange a democratização do ensino. Além disso, trazendo Rousseau para a discussão, os autores propõem uma outra reforma baseada em uma filosofia da educação cujo princípio aparece em *Emílio*: “*Quero ensiná-lo a viver*”. Isto é, deve-se fornecer aos alunos as ferramentas para enfrentar os problemas de cada indivíduo, sociedade ou de toda a humanidade, problemas esses não resolvidos pela compartimentalização das disciplinas escolares. Essas características são apontadas como a missão do Ensino Médio. Continuando, ainda propõem a volta das Escolas Normais, a formação e valorização docente. Outros pontos importantes para os autores são: ensinar não somente o conhecimento, mas *o que é* o conhecimento; não somente o humanismo, mas *o que é* o ser humano sob aspectos biopsicossociais; ensinar a compreensão humana nas nossas diferenças, mantendo princípios de solidariedade e fraternidade; ensinar o conhecimento do mundo atual e seus problemas e; ensinar a enfrentar as inevitáveis incertezas da vida. Sobre a universidade, argumentam que esta possui uma dupla missão: por um lado, se adaptar à modernidade científica e social e fornecer ensino profissional; por outro, “fornecer uma cultura metaprofissional, de caráter transecular, que englobe a autonomia da consciência, a problematização, o primado da verdade sobre a utilidade e a ética do conhecimento” (HESSEL; MORIN, 2012, p. 49). Ainda, apontam para a compartimentalização do saber no mundo contemporâneo, saber esse disperso, fragmentado. Essa falta de comunicação entre as disciplinas provoca consequências em relação a como enxergamos a cultura geral, assim reconhecem que o ideal seria religar esses saberes através da interdisciplinaridade.

Como proposto anteriormente, para uma política do bem-viver como qualidade de vida, os autores propõem em “A cultura estética”, uma política que encoraje uma cultura estética que proporcione uma vida poética, de apreciação da estética da vida cotidiana.

Em “O Estado”, Hessel e Morin afirmam que o Estado francês tem perdido sua força devido a uma economia mundializada e a privatizações do serviço público. Como resposta a isso, propõem o subsidiarismo, mantendo a autonomia do Estado.

No penúltimo tópico, “Reforma da política e revitalização da democracia”, assume-se uma degeneração da democracia decorrente de fatores como deriva oligárquica, perda de seiva cidadã e ausência de democracia cognitiva. Para que haja essa reforma política, problemas fundamentais devem ser considerados e enfrentados em direção à política do bem-viver já mencionada anteriormente, tendo seu impulso quando a França perceber que essas mudanças correspondem às suas necessidades. Porém, lembram os autores que mudanças individuais e sociais indissociáveis. Assim, as reformas da política, do pensamento e da sociedade se conjugarão para produzir uma mudança significativa da sociedade.

No último tópico do capítulo II, “A regeneração”, Hessel e Morin propõem não a fundação de novos partidos, nem a filiação a partidos antigos, mas uma regeneração daqueles já existentes a partir de fontes que alimentam as esquerdas, como a libertária (concentrando-se na liberdade dos indivíduos), socialista (concentrando-se na melhoria social) e comunista (concentrando-se na fraternidade), com o acréscimo da fonte ecológica, restituindo nossos laços com a natureza, assim, contribuindo na formação de um movimento cidadão em prol de mudanças sociais.

Neste texto-manifesto, Hessel e Morin não fundamentam seus argumentos em autores já consagrados para propor mudanças. Entretanto, partem de uma percepção crítico-reflexiva complexa, interligando saberes de diferentes áreas. Assim, são capazes de expor possíveis vias de salvação para os problemas que nos acometem, sempre mantendo a esperança de tempos melhores. Apesar de partirem de um ponto de vista micro, tendo a França como seu referencial, Hessel e Morin nos apontam diversos conselhos sobre a resolução dos problemas modernos, problemas esses de aspecto macro e que atingem não somente seu país, mas toda uma comunidade global. Nesse sentido, acreditamos que muitos desses conselhos podem ser aplicados conforme a realidade social a qual o leitor estiver inserido.